

A importância da instituição pública de ensino superior tecnológico para o ensino do empreendedorismo: análise do curso superior de tecnologia em gestão empresarial, na cidade de guaratinguetá.

Nathalia Rana Rosa Bernardo

*Mestranda/Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional/Universidade de Taubaté – UNITAU
nathalia.rana@gmail.com*

Marilsa de Sá Rodrigues Tadeucci

*Doutora/Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional/Universidade de Taubaté – UNITAU
marilsasarodrigues@outlook.com*

Elvira Aparecida Simões de Araujo

*Doutora/Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional/Universidade de Taubaté – UNITAU
elvirasaraujo@gmail.com*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar a importância da Instituição Pública de Ensino Superior Tecnológico para o ensino do empreendedorismo. O método de pesquisa empregado para a elaboração deste artigo fundamenta-se na pesquisa exploratória, e quanto ao delineamento, a pesquisa se classifica como bibliográfica e documental. No Brasil, o empreendedorismo é um assunto que tem se popularizado nas últimas décadas, em especial, pela preocupação referente aos altos índices de mortalidade das empresas e também porque, assim como nos países desenvolvidos, a prática empreendedora tem sido cada vez mais vista, como uma fonte de geração de empregos, riqueza e desenvolvimento. Atualmente, o Brasil ocupa a décima terceira posição no ranking mundial de empreendedorismo, sendo considerado, por isso, um dos países mais empreendedores do mundo. Contudo, historicamente, o índice de empreendedorismo por oportunidade, que reflete o “lado positivo” da atividade empreendedora, no país tem estado abaixo do por necessidade, o que tem contribuído para o elevado índice de mortalidade de empresas, uma vez que a criação de empresas por si só não é capaz de promover o desenvolvimento, a não ser que esses negócios estejam focando oportunidades no mercado. A discussão em torno do ensino do empreendedorismo se faz necessária como uma alternativa ao insucesso de muitos negócios, e também como um importante auxílio na formação de melhores empresários e na geração de empresas mais consistentes que tenham maiores chances de êxito. Os Cursos Superiores de Tecnologia favorecem a formação de mão de obra qualificada em um caráter mais especialista o que permite uma duração menor dos cursos, média de 3 anos, possibilitando, de maneira mais acelerada, o aumento do número de profissionais com educação superior, permitindo também, o surgimento de empreendedores que buscam no mercado oportunidades que tendem a favorecer o desenvolvimento econômico e social local e/ou regional.

PALAVRAS-CHAVE:

Ensino do Empreendedorismo. Instituição Pública de Ensino Superior Tecnológico. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial. Guaratinguetá.

ABSTRACT

This article aims to identify the importance of entrepreneurship in the Public Institution of Higher Technology. The methodology used to write this article was based upon investigative research, outlined as bibliographic and documented. Entrepreneurship, in Brazil is a subject that has been popularized in recent decades, in particular, the concern regarding the high mortality rates of the companies and also because, as in developed countries, the entrepreneurial practice has been increasingly seen, as a source of job creation, wealth and development. Currently, Brazil holds the 13th position in the entrepreneurship global ranking, been considered one of the most entrepreneurial worldwide. However, historically, the rate of entrepreneurship by opportunity, which reflects the “positive side” of entrepreneurial activity in the country has been under the necessity, which has contributed to the high mortality rate of firms, since the creation of companies alone is not able to promote the development, unless those businesses are focusing on market opportunities. Therefore it must be noted that the rate of necessity entrepreneurship reflects much more the search for alternatives that enable individuals to their livelihood, and exactly for this reason is viewed more in countries that are still in the stage of economic development, and especially social. The discussion on entrepreneurship education is needed as an alternative to the failure of many businesses, and also as an important aid in the formation of better business and generating more consistent companies that have better chances of success. The Colleges of Technology favor the formation of skilled labor in a more specialist which allows a shorter duration of courses, 3 year average, enabling more rapidly, increasing the number of professionals with higher education, allowing also, the emergence of entrepreneurs seeking market opportunities that tend to favor economic and social development local and or regional level.

KEYWORDS:

Teaching Entrepreneurship. Public Institution of Technological Higher Education. Technological Higher in Management Empreesarial Course. Guaratinguetá.

1 INTRODUÇÃO

A prática empreendedora tem sido cada vez mais vista, como uma fonte de geração de empregos, riqueza e desenvolvimento. No Brasil, nas últimas décadas, o termo empreendedorismo tem se popularizado. No entanto, segundo Dornelas (2005), o país ingressa no século XXI, sem ter resolvido o grande desafio histórico de seu subdesenvolvimento, caracterizado, principalmente, pela imensa brecha que separa uma minoria de cidadãos educados e dotados de condições de vida privilegiadas, da grande maioria de deseducados e pobres. Dentre estes, 14% das famílias encontram-se em estado de miséria e 31% de grande pobreza, o que tem, de certa forma, contribuído para um número mais elevado de empreendedores por necessidade.

A taxa de empreendedorismo por oportunidade reflete o “lado positivo” da atividade empreendedora. Por sua vez, a taxa de empreendedorismo por necessidade reflete muito mais a busca de alternativas que possibilitem aos indivíduos sua subsistência, e exatamente por este motivo é mais visualizado em países que ainda se encontram em estágio de desenvolvimento. E segundo Dornelas (2005), historicamente, o índice de empreendedorismo por oportunidade brasileiro tem estado abaixo do índice por necessidade.

De acordo com Greco (GEM, 2008), o Brasil ocupa a décima terceira posição no ranking mundial de empreendedorismo, sendo considerado, por isso, um dos países mais empreendedores do mundo. No entanto, as taxas de empreendedorismo por necessidade permanecem elevadas, da mesma forma que o índice de mortalidade de empresas.

Diante disso, conforme Dornelas (2005), é oportuno um estudo mais profundo a respeito do conceito do empreendedorismo, tendo em vista que a maior parte dos negócios criados no país é concebida por pequenos empresários que nem sempre possuem conceitos de gestão de negócios, atuando de forma empírica e sem planejamento, refletindo diretamente no alto índice de mortalidade dessas empresas.

O objetivo deste artigo é identificar a importância da Instituição Pública de Ensino Superior Tecnológico para o ensino do empreendedorismo no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial oferecido na cidade de Guaratinguetá, a fim de promover desenvolvimento local e regional. O método de pesquisa empregado para a elaboração deste artigo fundamenta-se na pesquisa exploratória, e quanto ao delineamento, a pesquisa se classifica como bibliográfica e documental.

Este artigo é estruturado da forma a seguir; na Introdução encontra-se a apresentação do tema e os objetivos da pesquisa; o Referencial Teórico tem o propósito de apresentar o conceito de empreendedorismo, perfil empreendedor e ensino do empreendedorismo; na sequência tem-se os Resultados e Discussão, e por fim as Considerações Finais deste artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EMPREENDEDORISMO

Conforme Drucker (2002), o termo empreendedorismo é utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, aquele que cria algo novo, algo diferente, que muda ou transforma valores.

Na concepção de Dornelas (2005), empreender tem a ver com fazer diferente, buscar oportunidades e assumir riscos calculados, etc.

Embora o empreendedorismo seja um tema amplamente discutido nos dias atuais, seu conteúdo, ou seja, o que ele representa sempre esteve presente na história da humanidade. Dolabela (2008), afirma que o empreendedorismo não é um tema novo ou um modismo, muito pelo contrário, existe desde sempre, desde a primeira ação humana inovadora com o objetivo de melhorar as relações do homem com os outros e com a natureza.

Porém, somente a partir de meados do século passado é que o empreendedorismo passou a ter o significado atualmente conhecido e a ser considerado essencial para a geração de riquezas dentro de um país, principalmente, por promover o crescimento econômico, gerar empregos e renda, possibilitando melhores condições de vida para a sociedade em geral.

2.1.1 PERFIL EMPREENDEDOR

Com os avanços tecnológicos, a vida e a sociedade tem se modificado de forma substancial. Em virtude disso, a economia e os meios de produção e serviço também se sofisticaram. Isso fez com que o empreendedorismo surgisse muito mais como consequência das mudanças tecnológicas e sua rapidez, do que por um simples modismo.

Vale ressaltar que as mudanças, essencialmente àquelas provenientes do desenvolvimento tecnológico que vem transformando o modo de vida desta sociedade desde o século passado, permitiram a realização de muitos negócios antes nem imaginados, como por exemplo, a Internet, a telefonia móvel, entre outros.

Há cerca de 15 anos, por exemplo, era considerado “loucura” um jovem recém formado aventurar-se na criação de um negócio próprio, pois os empregos oferecidos pelas grandes empresas nacionais e multinacionais, bem como a estabilidade que se conseguia nos empregos em repartições públicas, eram muito convidativos, com bons salários, status e possibilidades de crescimento dentro das organizações.

Diante disso, Dornelas (2005) afirma que existem duas definições de empreendedorismo. A primeira seria o de oportunidade, em que o empreendedor sabe aonde quer chegar, cria uma empresa com planejamento prévio, tem em mente o crescimento que quer buscar para o negócio e visa à geração de lucros, empregos e riqueza. Este tipo de empreendedorismo está totalmente ligado ao desenvolvimento econômico.

A segunda definição seria o empreendedorismo de necessidade, em que o candidato

a empreendedor se aventura na jornada empreendedora por falta de opção, talvez por estar desempregado, aposentado, e não ter alternativas de trabalho.

Nesse caso, esses negócios costumam ser iniciados informalmente, não são planejados de forma adequada e muitos fracassam bastante rápido, não gerando desenvolvimento econômico e agravando as estatísticas de criação e mortalidade dos negócios. Esse tipo de empreendedorismo é mais comum em países em desenvolvimento, como por exemplo, o Brasil.

Segundo Dolabela (2008), abrir uma empresa, ou empreendedorismo empresarial, é uma das infundáveis formas de empreender. Podem ser empreendedores também o pesquisador, o funcionário público, o empregado de uma multinacional, os políticos, os governantes, os artistas, os escritores, etc.

Para Filion (2000), o empreendedor é uma pessoa que empenha toda a sua energia na inovação e no crescimento, manifestando-se de duas maneiras: criando sua empresa ou desenvolvendo alguma coisa completamente nova.

Diante disso e conforme Filion (2000), o empreendedor “empresarial” pode atuar em uma empresa familiar, em uma microempresa, em uma grande organização ou ser um empreendedor autônomo.

Independente do tipo de empresa que estejam à frente se observa, ainda conforme Filion (2000), que o empreendedor não é um seguidor, mas um criador de caminhos, por isso é tão importante que ele esteja atento e permanentemente de olho nos acontecimentos para traçar diretrizes e corrigir o rumo dos negócios para chegar ao sucesso e para desempenhar o papel que pretende legar à sociedade.

Empreendedores como Bill Gates, Thomas Edison, entre outros, são reconhecidos como revolucionários por possuírem a capacidade de criar novos mercados, algo único. No entanto, a maioria dos empreendedores cria negócios em mercados já existentes, não deixando de ser bem sucedidos por isso.

Segundo Dornelas (2005), em sua concepção, uma das características pessoais mais marcantes em empreendedores que optam por abrir seu próprio negócio e que são bem sucedidos, é a “paixão” pelo que fazem. Depois disso vem a motivação, o empenho, a doação de tempo e por último, encontra-se a preocupação com o lucro que virá deste empreendimento, principalmente, porque, em geral, os empresários de sucesso acreditam que o dinheiro é consequência de um trabalho bem realizado.

Acredita-se, atualmente, que o processo empreendedor pode ser ensinado e entendido por qualquer pessoa e que o sucesso é decorrente de uma gama de fatores internos e externos ao negócio. Está relacionado também ao perfil do empreendedor e de como ele administra as adversidades que encontra no dia-a-dia.

Segundo Dornelas (2005), o ensino do empreendedorismo ajudará na formação de melhores empresários, melhores empresas e na maior geração de riqueza ao país, mesmo

porque que todo empreendedor necessariamente deve ser um bom administrador se quiser obter o sucesso.

Um exemplo disso, de acordo com Drucker (2002), é a recusa de Thomas Edison em aceitar que o sucesso não dependia exclusivamente da sua genialidade empreendedora. O que se sabe é que o maior inventor do século XIX tinha a ambição de ser um homem de negócios bem sucedido e o diretor de uma grande empresa. No entanto, embora fosse um excelente planejador empresarial e soubesse exatamente como uma empresa geradora de energia elétrica devia ser constituída para explorar sua invenção, a lâmpada incandescente, conforme Drucker (2002), o grande problema era que Edison continuava sendo um empreendedor, ou melhor, ele pensava que “administrar” significava ser chefe. Recusava-se a montar uma equipe de administração competente. E assim, cada uma de suas empresas entrava em vertiginosa derrocada assim que atingia o porte médio, e eram salvas somente com a substituição de Edison por um administrador profissional.

Por isso, o estudo e o ensino do empreendedorismo tem se tornado cada vez mais importantes.

2.2 O ENSINO DO EMPREENDEDORISMO

Segundo Dornelas (2005), nos últimos anos, após várias tentativas de estabilização da economia e da imposição da globalização, muitas empresas brasileiras tiveram de procurar alternativas para aumentar a competitividade, reduzir os custos e se manter no mercado.

Uma das imediatas conseqüências foi o aumento do índice de desemprego, que segundo o IBGE, embora seja o menor dos últimos 12 anos, chegou a 7,2% no primeiro mês de 2010, alta de 0,4% em relação a dezembro de 2009, gerando um aumento de 6% no número de trabalhadores sem emprego em relação ao ano anterior.

Diante disso, conforme Dornelas (2005), é oportuno um estudo mais profundo a respeito do conceito do empreendedorismo, tendo em vista que a maior parte dos negócios criados no país é concebida por pequenos empresários que nem sempre possuem conceitos de gestão de negócios, atuando de forma empírica e sem planejamento, refletindo diretamente no alto índice de mortalidade dessas empresas.

“É interessante observar que o empreendedor de sucesso leva consigo uma característica singular, que é o fato de conhecer como poucos o negócio em que atua, o que leva tempo e requer experiência”. (Dornelas, 2005, p. 35).

Um empreendedor que foi bem sucedido na criação e manutenção de seu próprio negócio passou por um processo. E as características de suas ações constituem material muito útil para o estudo sobre o comportamento empreendedor. Espera-se que, entendendo melhor como ocorre o processo empreendedor, seus fatores críticos de sucesso e o perfil dos empreendedores bem sucedidos, a elevada taxa de mortalidade das empresas seja gradativamente amenizada.

De acordo com Dornelas (2005), embora o assunto seja explorado em vários congressos acadêmicos no mundo e várias revistas científicas de renome se dediquem a publicações nesta área, a escolha do empreendedorismo como tema de dissertação de mestrado ou tese de doutorado é bastante escassa e recente, contribuindo para que sejam poucos os professores com habilitação e qualificação específica nesta área.

Por outro lado, os empreendedores, geralmente, tem em mente a idéia de que empreendedorismo não se ensina, se faz. Como consequência disso, os futuros empresários não vão à “escola” buscar formação e informação que os auxilie na jornada empresarial, pelo contrário, preferem “aprender” com as histórias e exemplos de outros empreendedores ou se aventurando por conta própria no “mundo empresarial”.

Conforme Dornelas (2005), no Brasil, o número de professores com qualificação acadêmica específica para o ensino do empreendedorismo ainda é muito pequeno. Para Dornelas (2005), o empreendedorismo é uma atividade de natureza multidisciplinar e seu ensino abrange conhecimentos sobre o impacto das pequenas e médias empresas na economia, dos principais tributos que incidem sobre um negócio nascente, sobre a dificuldade das grandes organizações de cultivarem o espírito empreendedor como parte de sua cultura, do comportamento e atitude do empreendedor e do cálculo do valor líquido para análise de um investimento de risco, entre outros.

Embora o crescimento de cursos de empreendedorismo seja uma boa notícia, as ofertas ainda são tímidas em termos de quantidade de disciplinas oferecidas sobre o tema, que na maioria dos casos, não representa mais do que uma única disciplina.

Nas boas escolas americanas, empreendedorismo é um tema que se desdobra em várias disciplinas, obrigatórias e optativas, além de inúmeros outros cursos de extensão complementares específicos como empreendedorismo corporativo, empreendedorismo social, franquias, entre outros.

Nos Estados Unidos, a multidisciplinaridade é conveniente para o ensino de empreendedorismo, uma vez que o professor de contabilidade, por exemplo, dedica algumas aulas para falar sobre o processo de abertura de novas empresas, o professor de marketing explica como montar campanhas de comunicação com baixo orçamento, o professor de direito fala sobre as categorias tributárias de pequenas empresas, e assim por diante.

Segundo Dolabela (2008), dentre as razões para o ensino do empreendedorismo destacam-se:

- A alta taxa de mortalidade das empresas, uma vez que de cada três empresas criadas, duas fecham as portas. Se alguns tem sucesso sem qualquer suporte, a maioria fracassa, muitas vezes desnecessariamente.
- Nas últimas décadas, as relações de trabalho sofreram alterações. O emprego dá lugar a novas formas de participação. Na verdade as empresas precisam de profissionais que tenham uma visão global do processo, que saibam identificar e satisfazer as necessidades

do cliente.

- Exige-se hoje, mesmo para aqueles que vão ser empregados, um alto grau de "empreendedorismo". As empresas precisam de colaboradores que, além de dominar a tecnologia, conheçam também o negócio, saibam entender e atender as necessidades do cliente, possam identificar oportunidades e viabilizá-las.

- A metodologia de ensino tradicional não é adequada para formar empreendedores, porque, em geral, forma empregados.

- As instituições de ensino estão distanciadas dos "sistemas de suporte", ou seja, das empresas, órgãos governamentais, financiadores, associações de classe, entidades das quais os pequenos empreendedores dependem para sobreviver.

- Aspectos culturais; no Brasil, por exemplo, os valores do ensino tradicional não incentivam o empreendedorismo.

- Ainda há uma percepção insuficiente da importância da Pequena e Média Empresa - PME para o desenvolvimento econômico do país.

- Predomina, no ensino profissionalizante e universitário, a cultura da "grande empresa". Não há o hábito de abordar a pequena empresa.

- Uma grande preocupação no ensino do empreendedorismo são os aspectos éticos que envolvem as atividades do empreendedor. Por sua grande influência na sociedade e na economia, é fundamental que os empreendedores, bem como qualquer cidadão, sejam guiados por princípios e valores éticos.

- O empreendedor deve ser alguém com alto comprometimento com o meio ambiente e com a comunidade, com forte consciência social, e a sala de aula é um excelente lugar para o debate desses temas.

Dornelas (2005) ressalta que o empreendedorismo pode ser ensinado e aprendido por qualquer pessoa. E pode envolver a criação e gestão de negócios, ou ainda a busca da realização dos sonhos, mesmo que não estejam relacionados à criação ou manutenção de novas empresas.

Ainda conforme o autor, no caso do negócio próprio, observa-se que muito do que é praticado pelos empreendedores de sucesso, pode e deve ser ensinado aos iniciantes e mesmo àqueles mais experientes.

Estas práticas formam um conjunto de experiências e casos de sucesso e fracasso que servem de referência aos que se deparam com dilemas empresariais. E este deve ser o principal foco do ensino do empreendedorismo.

Nos últimos cinco anos, de acordo com dados do SEBRAE, mais de duzentos mil alunos tiveram contato com o ensino do empreendedorismo, mas, segundo Dornelas (2005), esse ensino ainda precisa ser intensificado.

Além disso, vale lembrar que o ensino do empreendedorismo não deve ter como

objetivo principal a criação imediata de novos negócios, mas passar conceitos e experiências aos potenciais futuros empreendedores do próprio negócio ou de qualquer outra atividade profissional.

Talvez com esta visão mais abrangente, o Brasil consiga entrar em uma nova fase da atividade empreendedora no país, ou seja, a da realização e concretização das iniciativas, pois não basta aumentar os números de negócios criados, é preciso elevar o número de negócios bem sucedidos.

3 MÉTODO

Para a realização deste artigo foi realizada uma pesquisa exploratória, que na concepção de Marconi e Lakatos (2010), objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa, de maneira a torná-lo explícito. Quanto ao delineamento, a pesquisa se classifica como bibliográfica e documental, sendo a primeira, ainda conforme Marconi e Lakatos (2010), elaborada a partir de material já publicado, como por exemplo, livros e artigos. Já a segunda, caracteriza-se pela utilização de materiais que não receberam tratamento analítico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

De acordo com Dornelas (2005), o movimento do empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma na década de noventa, quando entidades como o SEBRAE e a Sociedade Brasileira para Exportação de Software - SOFTEX foram criadas. Antes disso, praticamente não se falava em empreendedorismo e em criação de novas empresas.

Pesquisa realizada pelo Global Entrepreneurship Monitor – GEM 2008 mostra que o Brasil ocupa a décima terceira posição no ranking mundial de empreendedorismo.

Segundo o estudo, o índice que permite essa classificação é a Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial - TEA, que no Brasil, em 2008, foi de 12,02. Isso significa que de cada cem brasileiros 12, no ato da pesquisa, realizavam alguma atividade empreendedora.

A TEA apresentada pelo Brasil em 2008 ficou próxima das taxas obtidas por Uruguai (11,90) e Chile (13,08) e semelhante também às apresentadas por Índia (11,49) e México (13,09). Conforme o GEM, os países da América Latina e Caribe foram os mais empreendedores na pesquisa em 2008.

Ainda segundo o estudo, a Índia é o país com a maior população de indivíduos desempenhando alguma atividade empreendedora. Nesse aspecto, o Brasil ocupa o terceiro lugar, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos.

Vale ressaltar que essa posição refere-se à estimativa da população empreendedora que chega próxima dos 15 milhões de pessoas envolvidas com o desenvolvimento e o gerenciamento dos seus próprios negócios, o que coloca o país entre um dos mais empreendedores do mundo independentemente se por oportunidade ou por necessidade.

A pesquisa mostra ainda que para cada empreendedor na Islândia, país com a menor estimativa de empreendedores, existem 4.224 na Índia e 813 empreendedores no Brasil.

Isso reforça a ideia de que o Brasil é um país de alta capacidade empreendedora e mostra também, conforme a pesquisa, que os países em desenvolvimento, obviamente com exceção dos Estados Unidos, que já é um país desenvolvido, são os que apresentam os maiores índices de empreendedorismo, como apontado na tabela abaixo.

TABELA 1. Estimativa da População Empreendedora.

PAÍSES	TEA 2008 (%)	POSIÇÃO (43 países)	ESTIMATIVA DE EMPREENDEDORES
MAIORES ESTIMATIVAS			
Índia	11,5	15	76.045.000
Estados Unidos	10,8	16	20.546.000
Brasil	12	13	14.644.000
México	13,1	11	8.412.000
Colômbia	24,5	3	6.571.000
Total do Grupo	14,4		126.218.000
MENORES ESTIMATIVAS			
Irlanda	7,6	24	166.000
Dinamarca	4	39	138.000
Letônia	6,5	30	96.000
Eslovênia	6,4	32	86.000
Islândia	10,1	17	18.000
Total do Grupo	6,9		504.000

Fonte: Pesquisa GEM 2008

“Mas, o que significa ficar em primeiro, sexto ou vigésimo lugar nesse ranking? A criação de empresas por si só não leva ao desenvolvimento, a não ser que esses negócios

estejam focando oportunidades no mercado” (Dornelas, 2005 p. 28).

A motivação para iniciar uma atividade empreendedora é um dos temas relevantes para a pesquisa GEM, principalmente para se conhecer melhor a natureza do empreendedorismo em países em desenvolvimento.

A taxa de empreendedorismo por oportunidade reflete o “lado positivo” da atividade empreendedora nos países. Essa porção de empreendedores é aquela que iniciou sua atividade para melhorar sua condição de vida ao observar uma oportunidade para empreender.

Por sua vez, a taxa de empreendedorismo por necessidade reflete muito mais a busca de alternativas que possibilitem aos indivíduos sua subsistência, e exatamente por este motivo é mais visualizado em países que ainda se encontram em estágio de desenvolvimento econômico e, principalmente, social.

Segundo o relatório GEM (2008), nesse quesito, a Colômbia ocupa a primeira posição, seguida por Bolívia e Peru. Conforme tabela abaixo, os países mais desenvolvidos não chegam a ter um habitante em cada cem que tenham iniciado alguma atividade empreendedora por necessidade.

TABELA 2. Taxa de Empreendedorismo por Necessidade.

PAÍSES	TAXA POR NECESSIDADE (%)	POSIÇÃO (43 países)	ESTIMATIVA DE EMPREENDEDORES
MAIORES TAXAS			
Colômbia	10,15	1	2.720.000
Bolívia	8,59	2	343.000
Peru	8,02	3	1.367.000
Angola	7,99	4	472.000
Jamaica	7,28	5	97.000
MENORES TAXAS			
França	0,57	39	224.000
Islândia	0,54	40	1.000
Holanda	0,46	41	49.000
Bélgica	0,26	42	15.000
Dinamarca	0,21	43	7.000

Fonte: Pesquisa GEM 2008

De acordo com a pesquisa, países mais desenvolvidos, como a Dinamarca, por exemplo, apresentam taxas baixas de empreendedorismo, mas este se caracteriza por ser fortemente por oportunidade, ou seja, existem aproximadamente 13 empresários por oportunidade para cada empreendedor por necessidade.

Segundo Dornelas (2005), historicamente, o índice de empreendedorismo por oportunidade brasileiro tem estado abaixo do índice por necessidade.

Em geral, com base no relatório GEM 2008, os países em desenvolvimento possuem renda per capita média ou baixa e elevada concentração de renda e, por isso a maior parte dos empreendedores busca no empreendedorismo uma alternativa de sobrevivência.

Para Dornelas (2005), no Brasil, o setor produtivo foi, durante décadas, altamente protegido, criando, assim, uma cultura pouco inovadora no empreendedor brasileiro. Além disso, a fragilidade do sistema de apoio à inovação, da estrutura de apoio formal à elaboração, orientação e acompanhamento de projetos e da estrutura de financiamento às micro e pequenas empresas cria até hoje grandes obstáculos à inovação e à geração de novos empreendimentos.

Dolabela (2000) afirma que ao iniciar suas atividades sem conhecer as condições de mercado e as possibilidades de sucesso do negócio, o empreendedor é mais um imitador do que um inovador, e dessa forma tende a minar suas economias e sonhos em atividades pouco inovadoras e com raras possibilidades de sustentabilidade no mercado altamente competitivo como o que se observa nos dias de hoje.

Ainda conforme o relatório GEM 2008 os empreendedores brasileiros se caracterizam como não inovadores, dado que 84% só lançam produtos conhecidos no mercado, 65% têm muitos concorrentes, 98% utilizam tecnologias disponíveis há mais de um ano no mercado, 85% não possuem expectativa de exportar seus produtos, 45% abrem suas empresas para gerarem o próprio emprego, sem expectativa de gerarem novos empregos nos próximos cinco anos, 78,3% não esperam gerar mais do que cinco empregos, normalmente de familiares, e 60% desenvolvem atividades orientadas aos consumidores finais em atividades de prestação de serviços pessoais, de baixa qualificação, tais como: vendas ambulantes, serviços de reparos e manutenção do lar, jardinagem, vendas de cosméticos, entre outras.

Esse tipo de empreendedor é o que abre a grande maioria dos empreendimentos brasileiros. São atividades desenvolvidas como alternativa ao desemprego ou para a complementação da renda familiar.

Isso demonstra que empreendedores inovadores, que desenvolvem novas bases tecnológicas, sustentados por infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, gerados em incubadoras tecnológicas e criados por pesquisadores e empreendedores qualificados ainda estão muito longe de se tornarem a realidade brasileira.

Como se sabe, os empreendedores inovadores são aqueles que lançam produtos novos para os mercados e usam tecnologias desconhecidas, com expectativa de exportação e criação

de empregos. São esses empreendedores que geram inovações radicais e são transformadores da economia e da sociedade.

Esse tipo de empreendedor, idealmente, está vinculado a um sistema de inovação em ambientes com laboratórios avançados, é envolvido com grupos de pesquisadores vinculados às universidades e incubadoras tecnológicas e dispõe de apoio institucional, tais como: financiamento, assessoria e consultoria, apoio técnico e mão-de-obra especializada.

Na sociedade do conhecimento, a realização de empreendimentos altamente inovadores depende de ambientes propícios à inovação e de políticas públicas (industrial e tecnológica) fortemente focadas para reduzir os obstáculos e as dificuldades iniciais da implantação de um novo negócio.

No caso do Brasil, conforme aponta a pesquisa GEM 2008, é ínfima a participação desse tipo de empreendedorismo no total dos novos negócios abertos no país, uma vez que somente 3,4% dos empreendimentos lançam novos produtos, 7,2% não possuem concorrentes no mercado, 1,7% utilizam tecnologias disponíveis há menos de um ano, 0,4% tem expectativa de exportação e 7,9% tem expectativa de gerar mais de cinco empregos nos próximos cinco anos.

De acordo com Filion (2000), os segmentos de empreendedores com potencial de inovação merecem um olhar atento para as suas potencialidades, na busca de disponibilizar todas as informações técnicas e mercadológicas necessárias, fomentar a colaboração e as parcerias entre os produtores e dos produtores com fornecedores e clientes, incentivar as aglomerações de empresas, criar programas de melhorias de qualidade e produtividade e ampliar as possibilidades do mercado nacional e internacional por meio de estímulo as feiras, viagens internacionais e visita de técnicos especializados.

Ainda conforme o autor, as políticas voltadas para os empreendedores inovadores devem estar vinculadas à formação de incubadoras tecnológicas, ao aprofundamento da relação universidade-empresa, à criação de laboratórios de pesquisa, à formação de pesquisadores e grupos de pesquisa e ao financiamento ao capital de risco, entre outras ações.

4.2 O EMPREENDEDOR BRASILEIRO

O relatório GEM aponta que o Brasil, em 2008, entre os 43 países pesquisados, ocupa o terceiro lugar em termos de participação de jovens em atividades empreendedoras. Por outro lado, no que diz respeito ao público de meia idade, o Brasil ocupa a trigésima posição.

Na edição de 2008, a pesquisa GEM, com o intuito de revelar um pouco mais das particularidades da população empreendedora, optou por priorizar apenas as atividades empreendedoras iniciais, tanto do jovem como do adulto de meia idade, destacando suas características de renda, escolaridade e tipo de atividade.

Segundo o relatório GEM, no âmbito da atividade empreendedora brasileira em 2008, aparece como destaque o aumento da participação do jovem (faixa etária de 18 a 24

anos), uma vez que 3,8 milhões de indivíduos, ou 15% da população inseridos nessa faixa etária estavam empreendendo no momento da pesquisa. Esse índice foi superior à média equivalente ao período de 2001 a 2008 (11,9%).

Por sua vez, a taxa de empreendedorismo do adulto de meia idade (faixa etária de 55 a 64 anos) em 2008 foi de 3%, percentual inferior à média do período de 2001 a 2008 (5,5%). Conforme o relatório, este índice em 2001, por exemplo, era de 10,5%.

O estudo aponta que o aumento no número de empreendedores jovens no país se deve à falta de empregos formais na atividade econômica, o que faz com que o jovem busque no empreendedorismo uma alternativa de trabalho e renda. Já em relação ao grupo que abrange adultos de meia idade, um fato importante à queda do percentual é a tendência a universalização da previdência social, que garante pelo menos a sobrevivência do indivíduo.

De acordo com o Documento Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a Experiência Brasileira Recente (2008), realizado por Cepal/PNUD e utilizado como referência no GEM 2008, a participação econômica formal do jovem brasileiro de 16 a 24 anos diminuiu de 26,3% para 23,11% no período entre 1992 e 2006.

Conforme o estudo, esse fato é um forte indício de que esse grupo, em especial, enfrentou um cenário de maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Nesse aspecto, os jovens de 16 a 24 anos são tradicionalmente mais afetados, ou seja, enquanto a taxa de desemprego das pessoas com 25 anos ou mais subiu de 4,3% para 5,6% (alta de 32%), a dos jovens cresceu de 11,7% para 17,9% (alta de 53%) o que justifica, segundo o estudo GEM 2008, o crescimento do índice de empreendedorismo nesta faixa etária.

Com base nos dados apresentados pelo GEM 2008, os jovens empreendedores por oportunidade e por necessidade diferenciam-se, principalmente, pela renda que possuem.

Segundo o relatório, enquanto 60% dos jovens que iniciam seus próprios negócios como alternativa ao desemprego, por exemplo, possuem renda média de até três salários mínimos, apenas 36% dos jovens empresários que empreendem por perceberem uma oportunidade no mercado recebem a mesma quantia, e 34% possuem renda de três a seis salários mínimos.

Além disso, o nível de escolaridade do jovem empreendedor por oportunidade é maior, o que, em geral, possibilita melhor qualificação profissional e maiores chances de sucesso.

Ainda conforme o GEM 2008, ambos apresentam alta concentração em atividades orientadas aos consumidores. Ainda assim, 19% dos empreendedores por oportunidade iniciam seus negócios com serviços orientados à empresa, uma vez que esse tipo de serviço exige maior qualificação e formação. O universitário, como exemplo, frente à dificuldade de conquistar um emprego “formal”, tende a abrir seu próprio negócio em serviços especializados de acordo com sua formação profissional, tais como: contabilidade, apoio jurídico, informática, etc.

Ao longo do período de 2001 a 2008, a participação do adulto de meia idade (55 a 64 anos) no empreendedorismo por necessidade tem reduzido, representando apenas 6% dos

empreendedores. Além disso, o índice de empreendedores adultos por oportunidade também apresenta redução. Atualmente, representam, 2% dos empreendedores, sendo que 40% deles possuem até 11 anos de educação, estando alocados em atividades de transformação (44%) e serviços especializados (49%).

O adulto na faixa etária de 55 a 64 anos que busca a atividade empreendedora é aquele que em função de sua especialização e experiência abre um negócio como forma de realização pessoal e profissional. Esse tipo de empreendedor possui um nível maior de escolaridade, normalmente formação universitária, ou experiência qualificada e suas atividades estão voltadas para serviços especializados aos consumidores, à indústria de transformação, às empresas, como consultorias e serviços técnicos especializados, entre outros.

Vale ressaltar que a maioria das empresas que nasceram em 2007 no Brasil, concentrou suas atividades nos serviços prestados aos consumidores. Dentre os serviços prestados nessa categoria, a maioria está relacionada à comercialização de alimentos e roupas no varejo. Esse tipo de atividade cresceu 36% de 2006 a 2007.

Outros ramos também contribuíram para o crescimento das prestações de serviços em 2007, como por exemplo, bares e lanchonetes (56%) e tratamentos de estética e beleza (66%).

TABELA 3. Ocupação anterior das pessoas que abriram uma empresa na JUCESP, entre 2000 e 2005.

OCUPAÇÕES	MÉDIA 2000/2003	2004	2005	MÉDIA 2000/2005
Empregado (Empresa Privada)	33%	27%	31%	31%
Desempregado	26%	22%	28%	26%
Autônomo	18%	24%	20%	20%
Proprietário (Outra Empresa)	10%	16%	10%	12%
Funcionário Público	3%	2%	3%	3%
Aposentado	2%	2%	2%	2%
Dona de Casa	2%	2%	2%	2%
Estudante/Estagiário	2%	2%	1%	1%
Outros	4%	3%	3%	3%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: SEBRAE (2006)

Conforme o SEBRAE (2006), em termos de ocupação anterior, na média do período de 2000 a 2005, verifica-se que 31% das pessoas que abriram sua empresa encontravam-se ocupadas como empregados em empresas privadas. Trata-se de indivíduos que deliberadamente optaram por deixar seu emprego e abrir seu próprio negócio.

O segundo tipo de ocupação mais citado foi o desempregado, com 26% das respostas. Trata-se de um tipo de empreendedor que, em geral, encontra na abertura de seu negócio uma alternativa para gerar sua própria renda, diante das dificuldades de encontrar uma posição no mercado de trabalho.

O terceiro tipo de ocupação mais citado foi o autônomo, com 20% das respostas. Trata-se daqueles indivíduos que, em geral, trabalham como pessoas físicas prestadoras de serviços, e que registram uma empresa para passar a atuar como pessoas jurídicas formalmente constituídas, em geral, mantendo a mesma atividade. Há grande heterogeneidade nesse grupo de pessoas, abrangendo desde profissionais liberais de alta qualificação a empreendedores informais.

Entre as demais ocupações prévias citadas, pela ordem, aparecem: 12% de proprietários de outras empresas, 3% de funcionários públicos, 2% de aposentados, 2% de donas de casa, 1% de estudantes e 4% de outros tipos de ocupações.

O perfil de ocupação anterior manteve-se relativamente estável ao longo de toda a década de estudos realizados pelo SEBRAE, o que indica ser esta uma característica estrutural do perfil dos que registram suas empresas na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

De acordo com Bulgacov (2006), a estrutura de negócios no mundo, nas últimas décadas, vem se transformando. O perfil das empresas já não é mais o mesmo. O emprego, como troca de prestação de serviços por algum tipo de remuneração, está perdendo seu espaço para outras formas de parceria. Os mercados mudam cada vez mais rapidamente e, para atender às suas necessidades, as organizações, por uma questão de sobrevivência, devem ser cada vez mais ágeis, no sentido de antecipar-se às mudanças e estar à frente da concorrência.

Além disso, a forma como os profissionais se preparam para entrar no mercado de trabalho também vem sofrendo alterações. No âmbito escolar e universitário, incentivava-se, até pouco tempo atrás, os alunos a se prepararem para trabalhar em grandes organizações, como um bem sucedido executivo em uma multinacional ou exercendo um cargo em uma Instituição Pública.

Hoje, com as mudanças no mundo, alteraram-se os valores e a preferência pelas formas de negócio. Na economia brasileira, por exemplo, gerir o próprio empreendimento tem sido cada vez mais visto como uma excelente opção para um futuro profissional bem sucedido.

Nos últimos anos, o conceito de empreendedorismo tem sido muito difundido no país. Nos Estados Unidos, por exemplo, país onde o capitalismo tem sua principal caracterização,

o termo é conhecido há muitos anos. No caso brasileiro, a preocupação com a criação de novas empresas duradouras e a necessidade de diminuição das taxas de mortalidade desses empreendimentos são, sem dúvida, motivos para a popularidade do assunto.

De acordo com Dornelas (2005), os empreendedores são grandes geradores de emprego e riqueza e o empreendedorismo é o combustível para o crescimento econômico porque cria emprego e gera prosperidade.

“Acredita-se hoje que o empreendedor seja o motor da economia, um agente de mudanças”. (Dolabela, 2008 p. 23).

Diante disso, Bulgacov (2006) afirma que o empreendedorismo, gradativamente, vem se firmando como uma grande possibilidade de opção profissional, junto à atuação dos profissionais em grandes organizações e na área pública.

O grande problema, segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2008, é que 27% das empresas paulistas encerram suas atividades em seu primeiro ano de existência. Essa taxa de mortalidade empresarial ainda é muito elevada, embora seja a menor apresentada nos dez últimos anos.

Ainda conforme o SEBRAE, algumas das principais causas que levam ao fechamento das empresas são: comportamento empreendedor pouco desenvolvido; falta de planejamento prévio; gestão deficiente do negócio; insuficiência de políticas de apoio; flutuações na conjuntura econômica, e problemas pessoais dos proprietários.

O último levantamento realizado pelo SEBRAE, conforme gráfico abaixo, indica que 27% das empresas fecham no primeiro ano, 38% encerram suas atividades até o segundo ano, 46% fecham antes do terceiro ano, 50% não concluem o quarto ano, 62% fecham até o quinto ano e 64% encerram suas atividades antes de completar seis anos de existência.

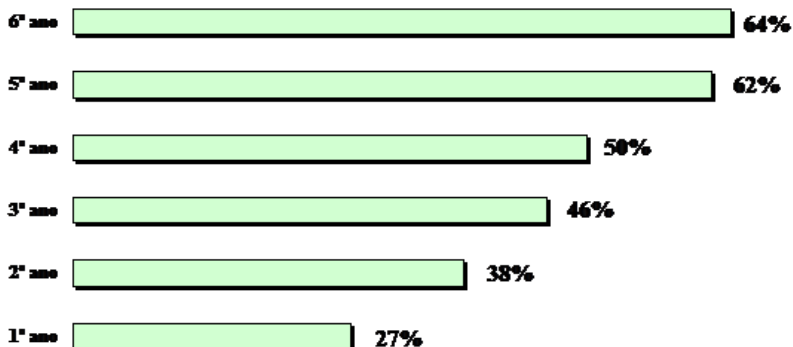


FIGURA 1. Taxa de Mortalidade (empresas constituídas entre 2001 e 2005)

Fonte: SEBRAE (2006), adaptado pela pesquisadora

Segundo o SEBRAE (2006), no Brasil existem 5,1 milhões de empresas. Desse total 98% são Micro e Pequenas Empresas - MPEs. Os pequenos negócios (formais e informais) representam 67% das ocupações e 20% do Produto Interno Bruto - PIB.

Segundo estudo do Observatório das MPEs do SEBRAE, o país pode chegar ao ano de 2015 com cerca de nove milhões de micro e pequenas empresas para uma população estimada em torno de 210 milhões de habitantes. Mantido o atual ritmo de crescimento das MPEs, o SEBRAE projeta uma empresa para cada 24 habitantes.

No cenário para 2015, a projeção indica que mais da metade dos pequenos negócios, em todo o país esteja concentrada no comércio, com 59% do total de empreendimentos, seguido pelo setor de serviços (34%) e a indústria (11%).

Dornelas (2005) afirma que o que se procura nos dias atuais é estimular o fomento e a geração de novos empreendimentos e, mesmo que o indivíduo não possua seu próprio negócio, espera-se que aqueles que trabalham nas organizações tenham espírito empreendedor e ajam como se fossem seus próprios proprietários.

4.3 A INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores – MRE (2013), as Instituições Públicas de Ensino Superior são aquelas mantidas pelo Poder Público, na forma Federal, Estadual ou Municipal. [...] são financiadas pelo Estado, e não cobram matrícula ou mensalidade. Ainda segundo o MRE (2013), e conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, as IES podem ser denominadas como:

- Universidades: são instituições acadêmicas pluridisciplinares que contam com produção intelectual institucionalizada, além de apresentarem requisitos mínimos de titulação acadêmica, ou seja, um terço de mestres e doutores e carga de trabalho do corpo docente, um terço em regime integral. São autônomas para criarem cursos e sedes acadêmicas e administrativas, assim como para expedirem diplomas, fixarem currículos e número de vagas, firmarem contratos, acordos e convênios, entre outras ações;

- Centro Universitário: é uma instituição pluricurricular, que abrange uma ou mais áreas do conhecimento. É semelhante à Universidade em termos de estrutura, mas não está definido na Lei de Diretrizes e Bases e não apresenta o requisito da pesquisa institucionalizada;

- Faculdade: pode receber duas conotações. A primeira é a de uma Instituição de Ensino Superior que não apresenta autonomia para conferir títulos e diplomas, os quais devem ser registrados por uma Universidade. Além disso, não tem a função de promover a pós-graduação. A segunda é aplicada para se referir a unidades orgânicas de uma Universidade. Ex.: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

- Institutos Federais: são unidades voltadas à formação técnica, com capacitação profissional em áreas diversas. Oferecem Ensino Médio integrado ao Ensino Técnico, Cursos

Técnicos, Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas e Pós-graduação.

Com relação aos Cursos de Graduação, pode-se afirmar que são aqueles que conferem diplomas aos candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, e cumprido a carga horária mínima de um Curso de Educação Superior, e que depois de atendidas essas exigências recebem os graus de Bacharelado, Licenciatura ou Tecnologia, segundo consta no Portal do MRE.

Das tipologias dos Cursos de Graduação destacados acima, o bacharelado é considerado um curso superior generalista, de formação científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural, com o grau de bacharel. Em geral, os profissionais permanecem nas IES pelo período de 4 a 6 anos. Os cursos de licenciatura, por sua vez, são os que conferem ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica, com o grau de licenciado. Já os de tecnologia, são cursos superiores de formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que conferem ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas, caracterizadas por eixos tecnológicos, com o grau de tecnólogo. Geralmente são cursos mais rápidos, com prazo de conclusão variando de 2 a 3 anos.

4.3.1 CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Conforme o Ministério da Educação – MEC, e de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, os Cursos de Educação Profissional de nível Tecnológico serão designados como Cursos Superiores de Tecnologia. Segundo o Art. 2º da Resolução CNE/CP 3, “os Cursos Superiores de Tecnologia são cursos de graduação”.

Amparado pela LDB, Art. 44, inciso III fica especificado que os cursos de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, são abertos a candidatos diplomados em Curso de Graduação e que atendam às exigências das Instituições de Ensino e o edital de seleção dos candidatos, garantindo ao Tecnólogo o direito de prosseguir os estudos.

Considerando que os Cursos Tecnológicos são ainda hoje, muito confundidos com os Cursos Técnicos é preciso ressaltar que os primeiros, de acordo com o MEC classificam-se como de nível superior. Os segundos, são programas de nível médio com o propósito de capacitar o aluno proporcionando conhecimentos teóricos e práticos nas diversas atividades do setor produtivo, não habilitando para a pós-graduação.

No que tange a discussão entre bacharel e tecnólogo, os Cursos Superiores que conferem Graus de Bacharel e Tecnólogo se diferem porque o primeiro tem um caráter mais generalista e um período de duração de 4 a 6 anos, enquanto o segundo possui um perfil mais especialista e um tempo menor para a integralização.

Segundo o Portal eMEC (2013), a cidade de Guaratinguetá dispõe de apenas uma Instituição Pública de Ensino Superior Tecnológico, que oferece cinco Cursos Superiores de Tecnologia, sendo eles: Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão Empresarial, Gestão Financeira e Logística.

A tabela abaixo apresenta informações sobre o eixo tecnológico, mercado de trabalho e perfil profissional do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial, objeto de estudo deste acordo, conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, que lançado em 2006 tornou-se um guia de informações sobre o perfil de competências do Tecnólogo, divulgado pelo MEC:

TABELA 4. Perfil do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial.

Curso: Gestão Empresarial (Carga Horária Mínima: 1.600 horas)
<p>Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios</p> <p>O tecnólogo desta área elabora e implementa planos de negócios, utilizando métodos e técnicas de gestão na formação e organização empresarial especificamente nos processos de comercialização, suprimento, armazenamento, movimentação de materiais e no gerenciamento de recursos financeiros e humanos. A habilidade para lidar com pessoas, a capacidade de comunicação, o trabalho em equipe, liderança, negociação, busca de informações, tomada de decisão em contextos econômicos, políticos, culturais e sociais distintos, são requisitos importantes a esse profissional.</p>
<p>Mercado de Trabalho:</p> <p>Em negócio próprio (consultoria, turismo, comércio, indústria etc.); médias e pequenas empresas; setor público e em entidades particulares, tais como cooperativas e associações.</p>
<p>Perfil Profissional:</p> <p>O tecnólogo em Processos Gerenciais elabora e implementa planos de negócios, utilizando métodos e técnicas de gestão na formação e organização empresarial, especificamente nos processos de comercialização, suprimento, armazenamento, movimentação de materiais e no gerenciamento de recursos financeiros e humanos. A habilidade para lidar com pessoas, capacidade de comunicação, trabalho em equipe, liderança, negociação, busca de informações, tomada de decisão em contextos econômicos, políticos, culturais e sociais distintos são requisitos importantes para este profissional.</p> <p>Conforme a tabela de convergência entre as denominações do Catálogo Nacional, Processos Gerenciais engloba a nomenclatura Gestão Empresarial, entre outras.</p>

Fonte: Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2010) e Centro Paula Souza (2013), adaptado pela pesquisadora.

TABELA 5. Grade do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial.

1º semestre	Matemática Sociedade, Tecnologia e Inovação Inglês I Informática aplicada à Gestão Comunicação e Expressão Contabilidade Administração Geral
2º semestre	Estatística Aplicada à Gestão Gestão Ambiental Inglês II Métodos para a Produção do Conhecimento Sociologia das Organizações Economia Comportamento Organizacional
3º semestre	Gestão de Marketing Gestão de Pessoas Inglês III Organização, Sistemas e Métodos Sistemas de Informação Matemática Financeira
4º semestre	Logística Planejamento de Marketing Inglês IV Comunicação Empresarial Geral Gestão Financeira Direito Empresarial
5º semestre	Análise de Investimentos Fundamentos da Gestão da Qualidade Espanhol I Gestão da Produção

	Projeto de Trabalho de Graduação Inglês V Gestão de Projetos Empresariais
6º semestre	Desenvolvimento de Negócios Sistemas Integrados de Gestão Espanhol II Negócios Internacionais Planejamento e Gestão Estratégica Inglês VI

Fonte: FATEC Guaratinguetá (2013), adaptado pela pesquisadora

TABELA 6. Objetivo e Ementas das disciplinas ligadas ao desenvolvimento de empreendimentos - Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial.

1º semestre	Disciplina:	Contabilidade - 2 horas/aula
	Objetivo:	Compreender a contabilidade como instrumento de análise, avaliação e controle das operações econômico-financeiras.
	Ementa:	Fundamentos de Contabilidade. Demonstrações contábeis. Participações societárias e variações do patrimônio líquido. Análise econômico-financeira.
	Disciplina:	Administração Geral - 4 horas/aula
	Objetivo:	Compreender e identificar a evolução da administração, estruturas e funções organizacionais. Identificar os processos gerenciais mais comuns das organizações.
	Ementa:	Histórico da teoria geral da administração e abordagens básicas do pensamento administrativo. Conceito de Administração e funções administrativas. Processos Gerenciais.
2º semestre	Disciplina:	Economia - 4 horas/aula
	Objetivo:	Desenvolver uma visão global da Economia por meio de conhecimentos básicos que permitam uma

compreensão das atividades econômicas nacionais e internacionais.

Ementa: Introdução à economia e ao pensamento econômico. Conceitos básicos. Noções de Micro-economia. Funcionamento do mercado. Estruturas de mercado. Macroeconomia básica. Atividade econômica, teoria da determinação da renda e do produto nacional. Introdução à teoria monetária e inflação. Balanços de pagamentos e taxas de câmbio. Sistema Monetário, Bancos Comerciais e Banco Central, Integração do Sistema Econômico.

3º semestre

Disciplina: Gestão de Marketing - 4 horas/aula

Objetivo: Conhecer os elementos básicos e os conceitos principais de marketing.

Ementa: Conceito de Marketing. Abordagens: Clássica e Contemporânea. Os Ambientes de Marketing. Elementos e gestão do composto de marketing. Gestão das Marcas. Canais de marketing. Marketing de serviços. Marketing digital. Comportamento do Consumidor. Interface do marketing com as outras áreas da organização.

Disciplina: Matemática Financeira – 2 horas/aula

Objetivo: Resolver problemas financeiros usando métodos dedutivos; desenvolver conceitos e ferramentas para análise de investimentos; operar calculadoras financeiras e planilhas.

Ementa: Porcentagens em aplicações comerciais. Juros simples. Desconto de títulos. Correção monetária. Índices financeiros. Juros compostos. Taxas de juros. Rendas. Amortização de empréstimo. Métodos de análise de investimentos. Substituição de equipamento. Leasing. Câmbio. Noções sobre mercados de capitais.

4º semestre

Disciplina: Planejamento de Marketing - 8 horas/aula

	Objetivo:	Entender as estratégias que o marketing utiliza para desenvolvimento de negócios e elaborar um plano de marketing.
	Ementa:	Características dos negócios de alto desempenho; missão e alinhamento empresarial; estabelecimento de metas; análise do portfólio de negócios da empresa; formulação de estratégias de marketing. Análise dos elementos de um plano de marketing. Elaboração de um plano de marketing (projeto empresarial).
	Disciplina:	Gestão Financeira - 4 horas/aula
	Objetivo:	Entender os conceitos de finanças e permitir a interpretação do desempenho financeiro do Negócio.
	Ementa:	Fundamentos da Gestão Financeira, ambiente financeiro e conceitos financeiros. Fontes de Financiamento. Técnicas de análise e planejamento financeiro. Administração de capital de giro. Análise do ponto de equilíbrio das operações e alavancagem. Administração de ativos permanentes e investimento de capital. Custo de capital, estrutura de capital e dividendos.
5º semestre	Disciplina:	Análise de Investimentos - 4 horas/aula
	Objetivo:	Compreensão das técnicas econômicas e financeiras para análise e seleção de projetos de investimentos.
	Ementa:	Fundamentos de investimento de capitais, projeção do fluxo de caixa e do valor residual; técnicas de avaliação de investimentos: payback, retorno contábil, VPL, TIR, IL. Problemas com o enfoque da TIR; incrementabilidade, excludência e restrições de capital, análise de sensibilidade e simulação, árvores de decisão e opções reais. Fundamentos da engenharia econômica.
	Disciplina:	Gestão de Projetos Empresariais - 8 horas/aula

Objetivo: Entender e aplicar o planejamento e a gestão de projetos e avaliar seus resultados.

Ementa: Visão integrada da gestão de projetos; Métodos e técnicas de gestão de projetos; Indicadores de desempenho; Metodologias e Ferramentas de gerenciamento de projetos. Elaboração de um projeto.

6º semestre

Disciplina: Desenvolvimento de Negócios - 8 horas/aula

Objetivo: Compreender os conceitos necessários para o desenvolvimento dos negócios das organizações com atitude empreendedora. Elaborar plano de negócio para um empreendimento próprio.

Ementa: Compreender os conceitos necessários para o desenvolvimento dos negócios das organizações com atitude empreendedora. Elaborar plano de negócio para um empreendimento próprio.

Disciplina: Negócios Internacionais - 4 horas/aula

Objetivo: Compreender o processo de globalização, a integração dos blocos econômicos, o processo de comércio internacional e suas relações.

Ementa: Globalização e estratégia global. A dinâmica competitiva nos mercados globalizados. O processo de internacionalização de empresas: riscos da multinacionalização, estratégias cooperativas. Blocos econômicos e suas relações comerciais. Inserção da organização no mercado internacional. Perfil do executivo internacional.

Disciplina: Planejamento e Gestão Estratégica - 4 horas/aula

Objetivo: Identificar, aplicar e gerenciar os processos de planejamento e de gestão estratégica. Definição de Estratégia; A evolução do pensamento estratégico. Conceitos de missão, visão e valores. Análise do Ambiente Empresarial; Ferramentas de gestão estratégica. Construção de cenários.

Fonte: FATEC Guaratinguetá (2013), adaptado pela pesquisadora

Conforme ressaltado no item 2.2 deste artigo, dentre as razões para o ensino do empreendedorismo, Dolabela (2008) destaca a alta taxa de mortalidade das empresas, como uma das maiores preocupações acerca deste tema.

Considerando que o empreendedorismo pode ser ensinado e aprendido, como afirma Dornelas (2005), e que essa prática pode promover a criação e a manutenção de negócios mais consistentes e mais bem-sucedidos, as Instituições de Ensino Superior, como instituições sociais, podem gerar, além da formação profissional, a inclusão dos indivíduos, a minimização das desigualdades sociais e, por fim, o desenvolvimento local e regional.

De acordo com a Tabela 4, o profissional graduado em Tecnologia em Gestão Empresarial está qualificado para atuar na gestão de negócios próprios, em diversas áreas, tais como: consultoria, turismo, comércio, indústria, entre outras. Possibilita também, a inserção dessa força de trabalho nas médias e pequenas empresas, no setor público e em entidades particulares, como cooperativas e associações. A partir disso, é possível perceber a preocupação com a formação empreendedora deste tecnólogo.

Analisando as Tabelas 5 e 6, observa-se dentre as disciplinas oferecidas para a formação profissional tecnológica a oferta das disciplinas Planejamento de Marketing, Análise de Investimentos, Gestão de Projetos Empresariais, Desenvolvimento de Negócios, Planejamento e Gestão Estratégica, entre outras, apresentando objetivos e ementas que podem possibilitar informações pertinentes à geração e manutenção de negócios que surjam através da detecção de oportunidades de mercados, promovendo assim, gradativamente o aumento do índice de empreendedorismo por oportunidade no país.

Além disso, considerando o GEM (2008), os jovens (de 16 a 24 anos) tem enfrentado dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Em geral, os jovens são o público alvo das IES; e ainda de acordo com o GEM 2008, os jovens empreendedores por oportunidade e por necessidade diferenciam-se, principalmente, pela renda que possuem, ou seja, enquanto 60% dos jovens que iniciam seus próprios negócios como alternativa ao desemprego, por exemplo, possuem renda média de até três salários mínimos, apenas 36% dos jovens empresários que empreendem por perceberem uma oportunidade no mercado recebem a mesma quantia, e 34% possuem renda de três a seis salários mínimos.

Vale salientar, segundo o GEM (2008) que o nível de escolaridade do jovem

empreendedor por oportunidade é maior, o que, em geral, possibilita melhor qualificação profissional e maiores chances de sucesso.

É importante ressaltar que a Instituição Pública de Ensino Superior Tecnológico, como instituição pública, não cobra matrícula ou mensalidade, tornando-se, por esta razão, mais acessível a toda população.

Diante deste cenário, a faculdade pode promover a formação de profissionais indiferente da classe social, aumentando ainda a importância que esta Instituição possui frente ao desenvolvimento da cidade e da região, por exemplo.

Considerando o Art. 43 da LDB, que ressalta que uma das finalidades da educação superior é formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, pode-se afirmar que o impacto de uma Instituição de Ensino Superior na região em que ela está inserida é sempre muito grande. A presença da IES é importante no que se refere à qualificação da força de trabalho, ao efeito gerado por suas pesquisas para o aumento da produtividade, à solução de problemas locais, ao aumento do nível geral de conhecimento e de cultura da região, e à sua contribuição enquanto “local” de inovação e de constituição de cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que os países em desenvolvimento, como o Brasil, estão aprendendo a ver no empreendedorismo uma fonte de geração de riqueza e desenvolvimento econômico e social. No país, o assunto começa a se tornar conhecido e desperta a atenção dos estudiosos para um problema que vem crescendo e impactando o desenvolvimento, o elevado índice de falências.

As altas taxas de desemprego, entre outros fatores, tem feito com que muitas pessoas busquem o empreendedorismo como uma alternativa de subsistência. A problemática dessa situação é que a atividade empreendedora por si só não gera riquezas e desenvolvimento ao país. Muito pelo contrário, o empreendedorismo por necessidade é considerado o lado negativo da prática empreendedora.

Isso porque, em geral, os empreendedores por necessidade estão desprovidos de informações sobre o mercado e, nem sempre tem experiência na área em que desejam atuar. Além disso, podem não dispor de recursos e de apoio financeiro, e não possuir formação e informações suficientes sobre a atividade empreendedora.

Outro fator complicador é que a ideia que gerará o negócio pode não representar uma oportunidade de mercado, diminuindo, assim, as chances de sucesso desse novo empreendimento.

De acordo com Dornelas (2005), as chances de sucesso diminuem à medida que

o candidato a empreendedor tem uma idéia brilhante dirigida a um mercado que ele conhece muito pouco e em um ramo de atividade, no qual nunca atuou profissionalmente.

Dornelas (2005) atenta para a necessidade de procurar iniciar negócios em áreas que sejam conhecidas pelo candidato a empreendedor, e que o mesmo já possua alguma experiência ou tenha sócios que já atuaram nesse ramo de atividade. O autor afirma que é um risco muito grande se aventurar em negócios cuja dinâmica do mercado o empreendedor desconheça, só porque simpatiza com o assunto ou porque é uma área na qual pode-se ganhar muito dinheiro.

“A idéia empreendedora básica pode ser uma mera imitação de algo que funciona bem em outro país ou outro setor”. (Drucker, 2002, p. 337). Como por exemplo, quando Thomas Bata, sapateiro eslovaco, retornou dos Estados Unidos para a Europa após a Primeira Guerra Mundial, tinha em mente a idéia de que todas as pessoas na Eslováquia e nos Bálcãs poderiam usar sapatos assim como os americanos.

Segundo Drucker (2002), conta-se que ele dizia que o camponês andava descalço não porque era muito pobre, mas porque não havia sapatos. O que era necessário para que sua visão de camponeses calçados tornasse realidade, era fornecer calçados baratos e padronizados, mas bem desenhados e duráveis, como os que existiam nos Estados Unidos. Fundamentado nessa analogia, Bata construiu, em poucos anos, a maior empresa de calçados da Europa.

Mas, para que isso ocorra, de acordo com o Portal Brasil (2012), a sociedade precisa preparar os jovens para esta nova forma de trabalho. Abrir um pequeno negócio hoje pode ser objeto de realização pessoal e não uma alternativa por falta de opção melhor. Ao desenvolver um comportamento empreendedor, as pessoas ampliam as possibilidades de escolha e desenvolvem o crescimento profissional. E as IES podem incluir em seus currículos aulas de empreendedorismo orientadas para o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

REFERÊNCIAS

BULGACOV, S. Manual de Gestão Empresarial. São Paulo: Atlas, 2006.

CATÁLOGO NACIONAL DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com_content&view=article. Acesso em: 09 de jul. de 2013.

CENTRO PAULA SOUZA. Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/Cursos>. Acesso em 11 de jul. de 2013.

DOLABELA, F. O Segredo de Luísa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DRUCKER, P. F. O melhor de Peter Drucker: obra completa. São Paulo: Nobel, 2002.

FATEC – FACULDADE DE TEGECNOLOGIA DE GUARATINGUETÁ. Grade do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Empresarial. Disponível em: <<http://www.fatecguaratingueta.edu.br/>>. Acesso em: 27 de set. 13.

FILION, L. J.; DOLABELA, F. Boa Ideia! E agora. São Paulo: Cultura, 2000.

GRECO, S. M. S. S. et al. Empreendedorismo no Brasil 2008 (GEM 2008). Curitiba: IBQP, 2009. 160 p. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/paraiba/sites-especiais/inovacao-e-tecnologia-1/apresentacao/NT0003EF2A.pdf>>. Acesso em: 13 de jul. 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 de jul. de 2013.

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 2013.

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. - 5. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2010.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14384#cursos_tecnologicos. Acesso em 09 de jul. de 2013.

MER - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html. Acesso em 09 de jul. de 2103.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 08 de jul. 2013.

PORTAL BRASIL. Jovens Empreendedores. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/jovens-empresendedores>>. Acesso em: 27 de set. de 2013.

PORTAL eMEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 09 de jul. de 2013.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Disponível em: www.sebrae.com.br. Acesso em: 07 de jul. de 2013.